

A AÇÃO DA SUPERVISÃO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Danielly Ferreira de Melo¹

Agnaldo Ferreira de Melo²

RESUMO: O presente artigo versa sobre educação do campo e supervisão educacional, abordando a importância da atuação deste profissional como articulador e mediador das propostas pedagógicas. Deste modo, pretende caracterizar a função supervisora no âmbito escolar, apontar os desafios da educação do campo e conhecer a ação da supervisão educacional na educação do campo, o qual deve ser flexível, aberto a inovações e transformações nos planos, educacional e social da zona rural. O procedimento metodológico utilizado nesse trabalho foi uma pesquisa bibliográfica, analisando qualitativamente as variantes acerca do tema discutido. Observou-se que o supervisor precisa do apoio do educador para que as propostas sejam realizadas com sucesso, uma vez que este último está lidando diretamente com o público-alvo dos processos ensino e aprendizagem, o educando. Vale ressaltar que, essa função nem sempre é cotada como fundamental no âmbito escolar, ocasionando desfalque na equipe pedagógica da escola.

Palavras-chave: Supervisão. Aprendizagem. Educação no Campo.

2454

ABSTRACT: This article focuses on rural education and educational supervision, addressing the importance of the role of this person as an articulator and mediator of educational proposals. Thus, to characterize the supervisory function in the school, pointing out the challenges of rural education and know the action of educational supervision in rural education, which should be flexible, open to innovations and changes in plans, educational and social zone rural. The approach used in this study was a literature qualitatively analyzing the variations on the theme discussed. It was observed that the supervisor needs the support of the educator that the proposals are carried out successfully, since the latter are dealing directly with the audience in the teaching and learning processes, the learner. Note that this function is not always listed as critical in schools, resulting in embezzlement pedagogical school staff.

Keywords: Supervision. Learning. Education in the field.

INTRODUÇÃO

A temática a ser discutida versa sobre a supervisão educacional na educação do campo, uma vez que a primeira foi oficializada com a LDB de 71, porém a ideia de supervisão existe desde a época dos Jesuítas e tem caráter mediador frente aos acontecimentos no âmbito escolar,

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela Emil Brunner World University - EBWU.

² Phd. Dr. em Ciências da Educação pela Emil Brunner World University - EBWU.

e a segunda aborda o campo como um local com particularidades históricas, sociais, que carecem ser consideradas durante os processos ensino e aprendizagem.

A pesquisa tem como objetivos caracterizar a função supervisora no âmbito escolar, apontar os desafios da educação do campo e conhecer a ação da supervisão educacional na educação do campo.

O referido tema é bastante relevante frente à necessidade da qualidade da educação, uma vez que o supervisor contribui direta e indiretamente nos processos de ensino e aprendizagem, além de promover a (re) significação do trabalho pedagógico, visando uma educação transformadora e significativa. Portanto, é perceptível a importância de uma boa relação entre supervisor e professor .

Essa pesquisa é constituída da seção principal que retrata a função supervisora no âmbito escolar, abordando o surgimento da mesma na sociedade. Em seguida, as subseções caracterizam a educação do campo e os dilemas inerentes a essa população e, por fim, a ação supervisora na educação do campo, os desafios e as perspectivas que ambas estão envolvidas.

Esperamos com o nosso trabalho, fornecer informações sobre a atuação e/ou falta desse profissional na educação do campo, abordando os desafios e as perspectivas pertinentes a e contribuir bibliograficamente para embasar futuras pesquisas na área de supervisão educacional e educação do campo.

A SUPERVISÃO EDUCACIONAL NO ÂMBITO ESCOLAR: UMA CARACTERIZAÇÃO

O supervisor educacional tem papel de articulador entre todos os membros da comunidade escolar. Pode-se afirmar que a função do supervisor é concebida como a de:

Orientar e de dar assistência aos educadores mediante todos os aspectos, sejam educacionais, pedagógicos, como também sociais. O papel primordial do supervisor escolar é o de ser o mediador e colaborador das atividades educativas desenvolvidas pelo professor. O supervisor é aquele que orienta, aprende e ensina, tornando-se um parceiro no processo educativo. (CARLOS e LODI: 2012)

Em outras palavras, o supervisor precisa propiciar mecanismos que favoreçam a qualidade da educação, inovando sempre que possível, uma vez que a falta de um tempo necessário para o diálogo, origina possíveis dificuldades nas relações pedagógicas entre os envolvidos no processo de aquisição e troca de conhecimento.

Podemos perceber que com o decorrer do tempo a função do supervisor educacional passou por distintas mudanças expressivas, por exemplo: inspetor, fiscalizador, e hoje em dia, tem-se a visão do supervisor como mediador do trabalho pedagógico. Vale ressaltar que:

A ação supervisora está fundamentada em algumas dimensões básicas: A dimensão atitudinal está ligada a valor, a ética, a moral, á todos os valores de uma prática. Uma atitude crítica requer não ficar preso á manifestação primeira, não ser [...] desatento; criticar é ser capaz de ver e resgatar os aspectos positivos, valorizar o saber do outro, ser autocrítico e metacrítico. A totalidade é importante na apreensão dos fenômenos já que se procura perceber as múltiplas relações, as várias partes envolvidas bem como seus nexos e conexões; ter a visão complexa, não se fixar apenas em um ponto, é preciso conhecer as partes para compreender o todo. (ASSIS, 2009).

A junção dessas dimensões retrata a importância que o supervisor educacional possui dentro e fora da escola, enfim, ele soma e não subtrai. Na busca incessante por uma educação com qualidade é imprescindível adotar uma nova postura de trabalho, decodificando o invisível aos olhos dos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Sendo assim, esse profissional tem como um dos papéis da sua função facilitar as relações interpessoais para que a escola seja um espaço de práticas sociais, promovendo assim a conscientização para uma educação libertadora.

Face ao exposto “o Supervisor Escolar [precisa propiciar] a socialização do saber docente, [...] estimular a troca de experiências entre os professores, a discussão e a sistematização de práticas pedagógicas” (GIANCATERINO).

2456

Para tanto, a especificidade da ação supervisora respalda, também, a necessidade de uma formação exclusiva para o exercício da Supervisão Educacional, incluindo, nessa formação, os embasamentos, os procedimentos, as competências, assim como a visão expandida de sua ação. O essencial é desaprender determinadas práticas anteriores e seguir rumo a uma supervisão emancipadora.

Enfim, o suporte teórico que o supervisor disponibiliza contribui bastante para a promoção de uma sociedade emancipadora, possuidora de seus deveres e direitos coletivos e individuais. É imprescindível desamarar os laços presos ao passado, os quais delimitavam a função do supervisor educacional, somente, como fiscalizador e estabelecer uma nova dialética profissional onde a parceria, entre todos os envolvidos nos processos ensino e aprendizagem, torna-se indispensável.

Nesta perspectiva,

A formação contida no pensamento freireano compreende todos os homens e mulheres com condições semelhantes de tomarem decisões que venham tratar de seus interesses,

para que todos se desenvolvam conscientemente através do diálogo e da tomada de decisões em conjunto. (ARAÚJO; SILVA, 2011, p. 33)

No Brasil a história da educação do campo perpassou e ainda perpassa períodos complicados. Precisamos assim, esclarecer o que é educação do campo e teremos como conceito base a consideração dos autores KOLLING; NERY; MOLINA (1999) ao dizerem que:

A educação do campo é uma definição utilizada para definir uma proposta de educação concebida pelos protagonistas que vivem no e do campo, que atende às suas ansiedades, valoriza e ressignifica suas culturas, saberes, valores, gestos, símbolos, etc. Ao mesmo tempo, que colabora na reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais eculturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho.

Diante disso, o educador e a coordenação pedagógica, quando tem, encontram diversas dificuldades para colocar em prática as articulações dos conteúdos necessários que visam garantir a melhoria de vida dos sujeitos do campo. Para tanto, não se pode descontextualizar a educação do campo daquele contexto em que traz uma série de desafios.

O Artigo 28, da LDB, diz que,

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

2457

Entende-se que nestas Diretrizes a identidade da Escola do Campo é definida pela sua conexão às questões intrínsecas à sua realidade, estacionando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes.

Podemos afirmar que Educação do Campo compõe uma parte da sociedade e a Educação Urbana a outra parte, ambas dependem uma da outra e não podem, incontestavelmente, serem tratadas de forma desigual em relação a seus valores. Essa educação tão instigante permite aos diferentes tipos de indivíduos criarem e recriarem a sua própria história, transformando a realidade em que vivem.

Em agosto de 2004, na II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, em Luziânia/GO, definiu-se a ampliação de novos horizontes de luta para essa área de pesquisa, consolidando um projeto histórico de educação, organizado pelos sujeitos sociais do campo. Diante disso, firmou-se uma nova agenda política definida na Carta de Luziânia (apud MATO GROSSO, 2009):

□ Defesa de uma educação que ajude a fortalecer um projeto popular de agricultura, que valorize e transforme a agricultura familiar/camponesa e se integre na construção social de um outro projeto de desenvolvimento sustentável de campo e de país;

- Defesa de uma educação para superar a oposição entre campo e cidade e a visão predominante de que o moderno e mais avançado é sempre o urbano, e que o progresso de um país se mede pela diminuição da sua população rural;
- Defesa da mudança da forma arbitrária atual de classificação da população e dos municípios como urbanos ou rurais. Essa classificação transmite uma falsa visão do significado da população do campo em nosso país, e tem servido como justificativa para a ausência de políticas públicas destinadas a ela;
- Defesa do campo como um lugar de vida, cultura, produção, moradia, educação, lazer, cuidado com o conjunto da natureza, e de novas relações solidárias que respeitem as especificidades sociais, étnicas, culturais e ambientais dos seus sujeitos;
- Defesa de políticas públicas de educação articuladas ao conjunto de políticas que visem à garantia do conjunto dos direitos sociais e humanos do povo brasileiro que vive no e do campo. Políticas que efetivem o direito à educação para todos e todas e que este direito seja dever do Estado;
- Construção de uma política específica para a formação dos profissionais da Educação do Campo.

Como Paulo Freire (2010) afirma “de nada adianta o discurso competente se a ação pedagógica é impermeável a mudanças” (p.10). Para conseguirmos transformar o que não está dando certo é imprescindível ser flexível e dialogar mais com os envolvidos em tal processo.

Vale salientar que, apenas a educação não resolverá os problemas sociais que as pessoas do campo vivenciam, mas há a necessidade de políticas nas áreas que envolvem o campo para que essas pessoas vivam com dignidade. E, para isso sair do papel e ser concretizado faz-se necessário que as políticas públicas sejam condizentes com as mais diversas realidades rurais existentes no nosso país, obtendo assim, uma escola com qualidade tanto na estrutura física quanto na área pedagógica. Sabemos que nos últimos anos, houve um avanço quanto a isso, mas é fundamental continuar valorizando a educação do campo.

A AÇÃO DA SUPERVISÃO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Como bem sabemos o supervisor educacional é responsável por diversas ações pedagógicas e burocráticas no âmbito escolar, dentre as quais estão: acompanhamento do aprendizado individual do educando; discussão dos pontos que reúnem dificuldades de aprendizagem e estratégias que funcionam ou não; encaminhar para profissionais especializados os alunos que apresentam dificuldade na aprendizagem ou algum tipo de deficiência; elaboração, em conjunta com a comunidade escolar, do PPP (Projeto Político Pedagógico), e aplicação do mesmo; direcionamento nas questões de cunho pedagógico; possibilitar formação contínua específica para educadores, promovendo a reflexão dos mesmos sobre a prática pedagógica; dialogar com os pais e responsáveis sobre assuntos inerentes a aprendizagem dos educandos;

organizar material que sirva como subsídio para o educador, tendo como finalidade promover o sucesso dos educandos, “atores” principais da educação.

Diante dos pontos discutidos até o presente momento, é notório a importância de o supervisor saber se relacionar com a comunidade escolar, respeitando as especificidades provenientes do campo e inserindo-as no calendário escolar. Esta habilidade é alcançada quando se pensa na educação como um todo e não a parte, pois esse profissional necessita direcionar seu olhar para que a comunidade auxilie na criação e recriação da escola, desmistificando verdades absolutas e proporcionando caminhos de transformação.

Vale ressaltar que toda a comunidade escolar, principalmente o supervisor educacional, precisa deixar de lado procedimentos prontos para considerar a realidade em que a escola está inserida, ou seja, o supervisor deve ter muitas facetas, haja vista “que as especificidades de cada escola correspondem a caminhos diferentes, por possuírem demandas e histórias também diferentes”. (FREIRE e RANGEL: 2011)

Diante do exposto, é indiscutivelmente necessária a presença de um supervisor no contexto escolar para favorecer uma prática educativa de qualidade. A construção dessa prática está entrelaçada ao Projeto Pedagógico Curricular que é de responsabilidade do supervisor articular com a equipe escolar a demanda necessária para elaboração coletiva do mesmo.

2459

É oportuno lembrar que GIANCATERINO (p.104,2010) defende que,

Ser supervisor escolar é aceitar o desafio de trabalhar em prol de um mundo mais justo e igualitário, direcionando o trabalho pedagógico para uma visão ampla da realidade, valorizando o ser humano enquanto sujeito em desenvolvimento e capaz de construir o próprio conhecimento.

Não podemos deixar de destacar que poucos municípios contratam supervisores, ou sequer fazem concursos disponibilizando vagas para essa área de atuação, para atuarem nas escolas da zona rural, prejudicando assim boa parte da qualidade do ensino, uma vez que os educadores precisam dar conta da sala de aula e de todo o restante, supervisionar, projetos, reuniões com os pais, entre outros fatores. Desse modo, o educador assume diversas funções no âmbito escolar e necessita de um apoio pedagógico e burocrático, sendo o supervisor educacional o profissional ideal para auxiliá-lo na busca incessante por uma educação de qualidade.

A prática de Supervisão Educacional se mostra hoje como um desafio necessário a se enfrentar na educação. É inegável que para ser um agente de mudanças, é fundamental acordar

o pedagogo adormecido e lutar por direitos e deveres vistos como fundamentais para o pleno exercício da cidadania.

METODOLOGIA

Bourdieu (1999) dispensa a rigidez de métodos e nos traz a concepção de rigor, ou seja, o pesquisador não precisa engessar seus estudos restringindo-os a apenas um único método. É necessário que todos os meios utilizados sejam aplicados com exatidão.

Para a consecução dos objetivos propostos no presente artigo optou-se por uma pesquisa bibliográfica, uma vez que ela nos mune dos aspectos que favorecem a definição e resolução da problemática do tema e ainda suscita outras abordagens ampliando nosso campo de estudos. A escolha desta metodologia, para o caso específico da supervisão educacional do campo, deve-se ao fato de o material de pesquisa estar estruturado para situações e realidades singulares ao contexto rural.

Quanto ao tipo de pesquisa foi realizada a qualitativa uma vez que buscamos descrever, analisar e interpretar a partir da leitura e exploração das fontes bibliográficas: livros, revistas científicas, teses, relatórios de pesquisa entre outros, por meio das quais, o assunto foi delimitado. Dentre os autores citados estão BARTNIK (2004), FREIRE (2010), GIANCATERINO (2010),

2460

Na análise das informações obtidas utilizamos nossas reflexões interpretativas fundamentadas em autores e obras relacionados às temáticas vinculadas à educação do campo e à supervisão educacional. Salienta-se ainda que o material assim organizado torna-se uma fonte de dados consistentes para a realização de estudos mais aprofundados.

Pode-se concluir que a função do supervisor educacional é essencial em qualquer lugar, campo ou cidade, contudo o mesmo carece adequar às ações específicas para cada área. Não podemos vislumbrar algo sem descrever o que está faltando, pois muitas prefeituras não disponibilizam tal profissional para mediar o processo pedagógico, deixando, muitas vezes, o educador sozinho na batalha incessante pela qualidade da educação.

Nesse aspecto, a atuação do supervisor educacional deve ser de articulador crítico no processo educacional, dialogando com a comunidade escolar e almejando o sucesso dos educandos, ou seja, ele precisa aceitar o desafio de trabalhar em prol da valorização do ser humano, direcionando o trabalho pedagógico para tal finalidade.

Os resultados da nossa pesquisa mostram os desafios existentes e constantes, entretanto, esclarecem que perspectivas de melhoria são possíveis, desde que haja interesse por parte dos envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem e políticas públicas que ensejem a Educação do Campo.

Esse texto é concluído não com afirmativas e certezas. Ele acaba suscitando reflexões necessárias, tais como: Por que os administradores de várias cidades não contratam supervisores educacionais para as escolas localizadas no campo? Os educadores criam expectativa sobre a assistência de um supervisor na escola, todavia que contribuição pode ser esperada, de um supervisor que se limite a aspectos burocráticos e não auxilie na dimensão pedagógica?

É necessário flexibilizar nosso pensamento rumo a um novo olhar perante a nossa prática pedagógica. Somos interdependentes, ou seja, todos somos um. O sucesso de nossas ações começa quando decidimos buscar a realização de algo. No nosso caso, a concretização de um artigo de conclusão de curso com a temática Supervisão Educacional e Educação do Campo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ismael Xavier de; SILVA, Severino Bezerra da. **Educação do campo e a formação sociopolítica do educador**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

2461

BARTNIK, Helena Leomir de Souza. **As relações de poder e a organização do trabalho pedagógico**. Curitiba: 2004;

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999;

CARDOSO, Fernando Henrique; SOUZA, Paulo Renato. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acessado em: 12 de dez 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica C. O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castanga; JESUS, Sônia Meire Azevedo de (Orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004. p. 53-89. (Coleção Por uma Educação do Campo, nº. 5)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia - saberes necessários à prática educativa**. São Paulo. Paz e Terra, 2010;

GIANCATERINO, Roberto. **Supervisão escolar e gestão democrática: um ele para o sucesso escolar**. Rio de Janeiro: Walk Editora, 2010. 120p.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Ir; MOLINA, Mônica Castagna (orgs). **Por uma educação básica do campo**. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

MELO, Maria Aparecida Vieira de. **Educação do campo: a escola que temos e a escola que queremos**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/45693/1/EDUCACAO-DO-CAMPO-A-ESCOLA-QUE-TEMOS-E-A-ESCOLA-QUE-QUEREMOS.html#ixzz1OV7WhXnE>. Acesso em: 10 de dez 2023. pagina1.

Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n. 1, de 3 de abril de 2002. Institui **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 abr. 2002. Seção 1, p. 32. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rcebo02_o8.pdf>. Acesso em: 05 out. 2023.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S. G. (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2018. p. 15-34.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos915/educacao-campo-politicas/educacao-campo-politicas2.shtml>. Acesso em: 05 de dez 2023;

PORTILHO, Evelise Maria Labatut. **Aprendizaje Universitario: um enfoque metacognitivo**. Doutorado em Educação. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Complutense de Madri, Madri – Espanha.

ROCHA, Eliene Novaes; PASSOS, Joana Célia dos; CARVALHO, Raquel Alves de. Educação do Campo: Um olhar panorâmico. Texto Base. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2., 2004, Luziânia - GO. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.forumeja.org.br/ec/files/Texto%20Base%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20oCampo.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2023.

SEDUC, Secretaria de estado de educação. **Contexto Histórico-Político da Educação do Campo**. Disponível em: http://www.cefaprocaceres.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=194:educacao-do-e-no-campo&catid=14:artigos. Acesso em: 11 de nov 2023;

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

WENDEL e Rangel, Mary. **Supervisão Escolar: Avanços de conceitos e processos**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011. 144p.